

A fronteira de expansão do turismo litorâneo no Nordeste do Brasil: Estado, planejamento e valorização do espaço no litoral do Maranhão

Carlos Rerisson Rocha da Costa¹

Recibido: 01/10/2024

Aceptado: 10//03/2025

RESUMO

No Nordeste do Brasil, o turismo se tornou uma atividade de destaque desde as últimas décadas do século XX, quando se iniciou uma contínua expansão do uso turístico do território, levando novas áreas a serem incorporadas como produtos turísticos. Nesse processo, o litoral do Maranhão passou a ser foco das políticas de turismo, de investimentos públicos e privados e a figurar como possibilidade especulativa para agentes do mercado de terras. Nosso propósito aqui é apresentar uma análise acerca da expansão do turismo no litoral do Maranhão, evidenciando o papel indutor do Estado e suas políticas de turismo. O texto foi fruto de pesquisa bibliográfica e de campo, que contemplou os municípios do litoral do Maranhão, onde foram realizadas entrevistas com diferentes sujeitos envolvidos no processo de expansão do turismo. As análises apontam que a expansão do turismo no litoral do Maranhão se dá com a incorporação de lugares tidos como fundos territoriais, configurando uma fronteira de expansão do turismo litorâneo na periferia do Brasil.

Palavras-chave: Litoral, Fronteira, Planejamento, Turismo Litorâneo.

¹ Geógrafo, Doutor em Geografia Humana, Professor do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Piauí, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP/UFPI e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Afrobrasileiros – PPGAFRO/UFMA. Líder do Grupo de Pesquisas em geografia Humana e Valorização do Espaço, e-mail: rerissoncosta@ccm.uespi.br

The expansion frontier of coastal tourism in Northeast Brazil: State, planning, and spatial enhancement on the Maranhão coast

ABSTRACT

In Northeastern Brazil, tourism became an outstanding activity since the final decades of the 20th century, when a continuous expansion of the touristic use of the territory began. The coast of Maranhão State started to be the focus of tourism policies, public and private investments, representing a speculative possibility for agents of the land market. Our objective is to present an analysis about the expansion of the coastal tourism in the Maranhão State, evidencing the contributory role of the State and their tourism policies. This work was based on bibliographical research and field activities, encompassing municipalities in the coast of Maranhão, where interviews with those involved in the process of tourism expansion were carried out. The analyses suggest that the expansion of tourism in the coast of Maranhão occurs through the incorporation of places seen as territorial capitals, featuring an expansion frontier of coastal tourism in the periphery of Brazil.

Keywords: Coast, Frontier, Planning, Coastal Tourism

Introdução

Após as últimas duas décadas do século XX o turismo se estabeleceu como atividade de destaque na região Nordeste do Brasil. A partir da articulação entre planejamento estatal e recursos de instituições multilaterais, alguns polos turísticos foram estabelecidos na região, predominantemente situados no litoral. A partir de então, uma expansão desse processo é posta em curso, espraiando o uso turístico do território para além dos polos já consolidados, o que leva diversas partes do território a se tornarem alvo de investimentos à medida que são inseridos no rol dos produtos turísticos, numa busca por novos lugares para apropriação enquanto destino/recurso turístico, transformando espaços em objeto de consumo para o lazer.

Nesse sentido, os espaços periféricos destacam-se enquanto lócus de novas possibilidades para a expansão do turismo, induzido

enquanto atividade hegemônica a esses espaços a partir de mecanismos estatais de planejamento alicerçados por incentivos fiscais e financeiros. Os planos estatais aparecem assim como os instrumentos que impulsionam a apropriação desses espaços pelo turismo, alterando o uso do território, produzindo nova materialidade e/ou possibilitando novos arranjos especulativos. No caso do Brasil, onde a atividade turística é desenvolvida prioritariamente nos espaços litorâneos, tal expansão sobre os espaços periféricos tem avançado sobre a porção norte do litoral do país, extrapolando áreas em que pesados investimentos e diversificados instrumentos de planejamento vêm sendo executados desde a década de 1980.

É nesse processo que o litoral do Maranhão passa a ser foco das políticas de turismo, de investimentos públicos e privados e a figurar como possibilidade especulativa para agentes do mercado de terras, por exemplo. Políticas de turismo de âmbito federal, estadual e municipal, induzem o uso turístico do território, mobilizando novos agentes, tornando o litoral do Maranhão uma fronteira de expansão do turismo litorâneo e uma nova possibilidade para a acumulação de capital a partir desta atividade.

Nossa interpretação situa o turismo no âmbito do desenvolvimento geográfico desigual, no seio de relações de poder que conduzem a geografia histórica do capitalismo. Nesse sentido, ganham destaque para a análise as relações existentes entre tal expansão da atividade turística e os processos inerentes às «soluções espaciais» temporárias estabelecidas para as crises de sobreacumulação, o «ajuste espacial» de que nos fala David Harvey (2005). Tal movimento teórico se dá tendo como realidade concreta as periferias, onde a expansão do turismo tem encontrado espaço aberto para investimentos em infraestruturas, ampliar mercados de redes hoteleiras, companhias aéreas, agências e operadores de turismo, além de outros acordos comerciais em geral.

A fronteira, concordando com Martins (2012, p. 10), constitui-se dinamicamente como espaço de constantes conflitos e de profundas mudanças. Nesse sentido, «a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente» e se configura como «definidora da modalidade do desenvolvimento capitalista em nossa sociedade» (Martins, 2012, p. 26). Com base nisso, ressalta o autor que «longe de ser o território do novo e da inovação, a fronteira se revela [...] o território da morte, lugar de renascimento e maquiagem dos arcaísmos mais desumanizadores, cujas consequências não se limitam a seus protagonistas mais imediatos» (Martins, 2012, p. 13).

É nesse cenário de profundas contradições e intensos conflitos que se situam as motivações para a elaboração do presente texto. Nosso objetivo é apresentar uma análise acerca da expansão do turismo no litoral do Maranhão, compreendendo-o como espaço periférico cuja apropriação para o turismo se dá por meio da incorporação de fundos territoriais induzida pelo Estado por meio de políticas voltadas ao desenvolvimento do turismo, abrindo o território a novos usos.

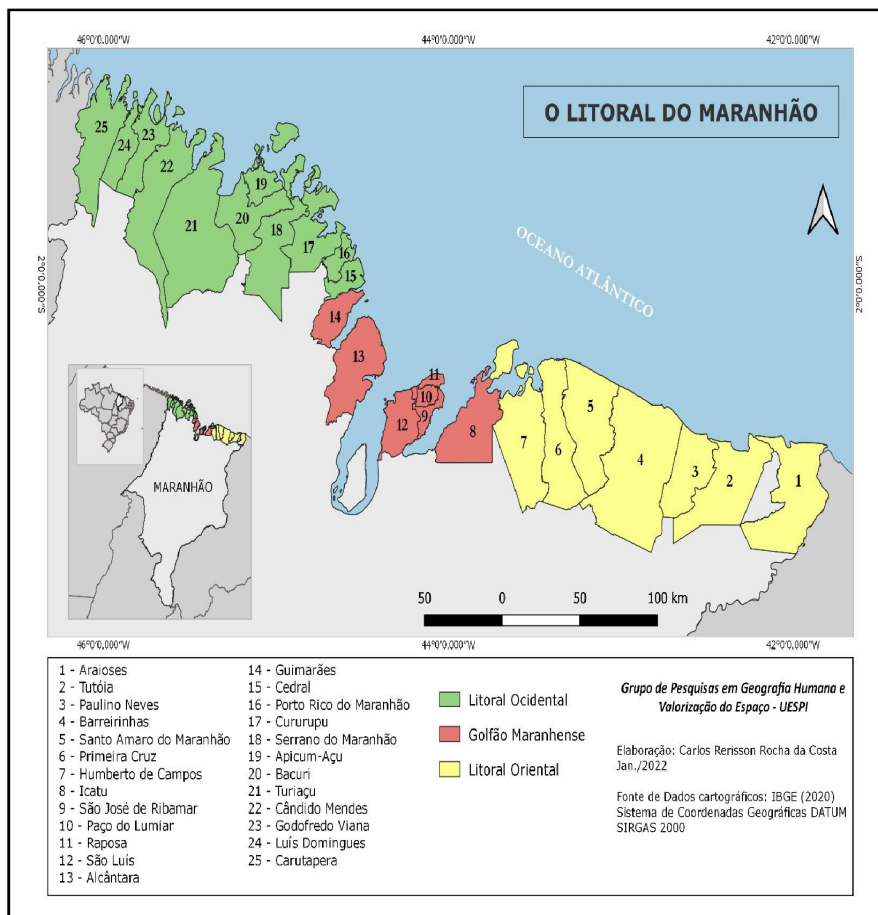
Nesse sentido, a exposição aqui realizada parte de uma reflexão sobre o litoral do Maranhão, ressaltando a condição de «segredo» e «nova descoberta» criada e utilizada como apelo publicitário pelo governo do estado em sua estratégia de promoção turística, situando o processo de expansão do turismo em curso no litoral do Maranhão como parte de uma dinâmica que avança sobre o litoral setentrional do Brasil. Por fim, apresentamos elementos que demonstram tal processo no litoral do estado, tendo como base as pesquisas realizadas nos municípios de Barreirinhas, Guimarães e Carutapera, aqui considerados como representativos do processo por nós analisado.

1. O litoral do Maranhão: Uma nova descoberta?

Com o início da execução do Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão, chamado de Plano Maior, a partir do ano 2000, o governo do Maranhão passa a promover o estado como produto turístico, apresentando-o como «o segredo do Brasil» (Maranhão, 2000). O referido plano apresentava o Maranhão como um potencial desconhecido (do Brasil e do mundo inteiro), um segredo que precisava ser revelado. Ainda durante o período de vigência daquele plano a Secretaria de Turismo do estado do Maranhão - Setur-MA passa a adotar outra mensagem em suas campanhas publicitárias, promovendo o estado como «a nova descoberta do Brasil». Trata-se assim de um território que estava em segredo e se abre a um processo de descobrimento, a ser conquistado. O litoral do Maranhão aparece então como espaço de destaque no referido plano.

Situa-se no litoral do Maranhão 25 municípios (Figura 1), reunindo, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uma população de 1.958.017 habitantes, com aproximadamente 70% dessa população concentrada na zona urbana na ocasião do último censo (IBGE, 2010; 2021). Tal dado deve-se em grande parte ao volume de população urbana da capital, já que contados por município, 14 dos 25 municípios litorâneos do estado possuem população rural superior à população urbana, estando concentrado tal perfil no Litoral Oriental (Costa, 2016).

Figura 1
O litoral do Maranhão



Fonte: O autor (2022).

No contexto das atuais dinâmicas econômicas que se instalam no Maranhão o litoral também ganha destaque como lócus das possibilidades de exploração do território. Nesse processo, a exploração mineral (de ouro em Godofredo Viana, de Petróleo e Gás nas Bacias Pará-Maranhão e Barreirinhas que englobam, juntas, praticamente todo o litoral) e a geração de energia eólica (na região dos Lençóis Maranhenses, destacadamente em Barreirinhas e Paulino Neves), além da indústria que se instala/expande na capital, põem o litoral do Maranhão como foco das possibilidades de acumulação de capital nesse início de século.

Para tanto, tem atuado o Estado no sentido de buscar dotar o território de condições materiais para o funcionamento de determinadas dinâmicas produtivas, conduzindo obras de infraestrutura e estabelecendo normas que conduzem a instalação e a atração de empreendimentos.

Nesse cenário, o turismo tem figurado também como uma das possibilidades de exploração do território, aproveitando-se inclusive do fato de que os usos estabelecidos em algumas Unidades de conservação – UCs permitem e/ou intensificam a atração destes espaços enquanto produtos turísticos, sobretudo pensados a partir do segmento do ecoturismo.

Nesse sentido, desde a última década do século XX tem atuado o governo do estado do Maranhão de maneira mais incisiva na elaboração de instrumentos de planejamento e indução do uso turístico do território, evidenciando as potencialidades do estado enquanto mercado turístico. Promove o Maranhão como um «segredo» (*O Segredo do Brasil*) e uma «descoberta» (*A Nova descoberta do Brasil* e *Uma grande descoberta*), evidenciando para a intensificação desse processo de descoberta seu caráter «único» (*Maranhão – Único*) (Figura 2).

Figura 2
Marcas de promoção turística do estado do Maranhão - Setur-MA



Fonte: Adaptado de Costa (2016).

Promover a descoberta dos segredos deste território parece ser um objetivo central das políticas de turismo do Maranhão. De qual descoberta estamos falando? Para quem o litoral do Maranhão ainda é um segredo? Para quem o litoral do Maranhão ainda é o lugar da descoberta?

Esse território aparece como descoberta de novos espaços para a acumulação de capital, possibilitada por meio da expansão de determinadas atividades, dentre as quais têm figurado o turismo. O Estado cumpre, nesse sentido, o papel de evidenciar essa condição de «espaço de reserva» para a expansão do uso turístico do território, verdadeiros fundos territoriais para a expansão do turismo no litoral do Brasil.

Os fundos territoriais são compreendidos aqui a partir da elaboração teórica realizada por Moraes (2000), em que são pensados como áreas para uma ocupação produtiva futura no contexto da formação territorial do Brasil. A partir disso, concebemos os fundos territoriais como espaços sem «uso hegemônico», espaços onde o uso capitalista do território não é hegemônico ou não atende às necessidades de acumulação vigente no plano das relações capitalistas (e das relações interimperialistas). Configuram-se como uma espécie de poupança para o apetite territorial capitalista, embora possam conter usos não propriamente capitalistas ou apenas estarem sob domínio passível de apropriação. Tal pressuposto não exclui a existência de grupos sociais cujas relações de reprodução se deem nesses espaços, sem, contudo, representarem um uso hegemônico do território, como é o caso de camponeses, quilombolas, etc. Esta observação torna-se importante, pois a apropriação do termo fundo territorial como vazio pleno nos parece constituir uma «ideologia geográfica», passível de apropriação pelo Estado e por agentes hegemônicos da economia capitalista, por exemplo. É preciso, pois, destacar que aqui tal termo representa um estoque de território para a expansão da acumulação de capital, como já fora apresentado em Costa (2016).

É exercendo seu papel de «guardião dos fundos territoriais» (Moraes, 2007) que o Estado, mediante a indução de investimentos por meio de suas políticas de turismo, direciona e contribui com a expansão contemporânea de um novo uso do território, um uso eminentemente capitalista.

2. Políticas territoriais e expansão do turismo no litoral setentrional Brasileiro

Durante muito tempo o planejamento estatal do turismo no Brasil foi tratado como algo «de menor importância», figurando a consolidação de uma política de turismo no âmbito da administração pública federal como algo secundário. A partir do último quartel do século XX, quando a atividade turística ganha expressivo peso econômico, tais iniciativas de planejamento passam a ser melhor

sistematizadas, passando ao Estado a cumprir o papel de indutor do desenvolvimento do turismo, concedendo crédito e variados incentivos para isso.

Nesse contexto, é apenas na década de 1990 que se sistematiza uma política nacional de turismo. O contexto de crise do início da década e os resultados econômicos observados a partir das experiências em outros países com a atividade turística a reposiciona no âmbito do planejamento estatal. Soma-se a isso o alinhamento do Brasil ao ideário neoliberal e às exigências quanto à austeridade fiscal e às políticas sociais do consenso de Washington ao tempo em que o FMI, o BID e o BIRD passam a financiar projetos dedicados à expansão da atividade turística.

A partir daí é que se elaboram os Planos Nacionais de Turismo e, com isso, passa-se a produzir no país novos espaços como destinos turísticos, induzidos a partir das orientações gerais desses planos e por um conjunto de instrumentos de planejamento estadual ou regional, como são os casos do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Prodetur-NE e do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – Proecotur, ambos com incidência direta sobre o litoral do Maranhão (SUDAM, 1978; 1991). Aliás, tais políticas regionais de turismo e sua importância demonstram ainda mais a intenção de expansão do turismo sobre os espaços periféricos do território nacional, com grande peso para os espaços litorâneos e para o movimento de incorporação de fundos territoriais para o turismo.

O Prodetur-NE constitui-se como uma das políticas de turismo com resultados mais expressivos na materialidade do território no Brasil, tendo destaque na estruturação de espaços dedicados à prática do turismo e a consolidação de destinos turísticos de importância nacional e internacional na região Nordeste do país. Criado em 1991, envolvendo todos os estados da região Nordeste, além do norte de Minas Gerais e Espírito Santo, este programa passou a ser apontado como uma grande alternativa econômica para a região. Para isso, os governos estaduais e promotores diversos da atividade apoiaram-se num conjunto de justificativas que envolvia certa «natureza preservacionista» da atividade turística, destacando seu «potencial gerador de empregos e de arrecadação de impostos e tributos», além de sua força para «resgatar tradições e valorizar a cultura regional», todas elas de fácil contestação, como explicita Rodrigues (1999).

De acordo com o Banco do Nordeste – BNB, órgão executor do programa, com base no conteúdo de seu sítio eletrônico, o Prodetur-NE se constitui como um programa de crédito para o setor público

(estados e municípios) concebido para criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na região, sendo financiado com recursos do BID e complementados com recursos do BNDES. Sua atuação ocorre por meio do financiamento de obras de infraestrutura, projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, projetos de capacitação profissional e fortalecimento institucional das administrações de estados e municípios.

Seu objetivo geral propõe reforçar a capacidade de «manter e expandir» o turismo na região Nordeste Banco do Nordeste (2005, p. 6). Dessa forma, a indução de novos investimentos em infraestrutura alastra-se por todos os estados da região, conforme o estabelecimento de áreas prioritárias, polos e corredores turísticos que passam a concentrar capital. Territorialmente, estes investimentos no âmbito do Prodetur-NE foram concentrados no litoral, sendo este espaço priorizado na indução da atividade turística na região Nordeste (Figura 3).

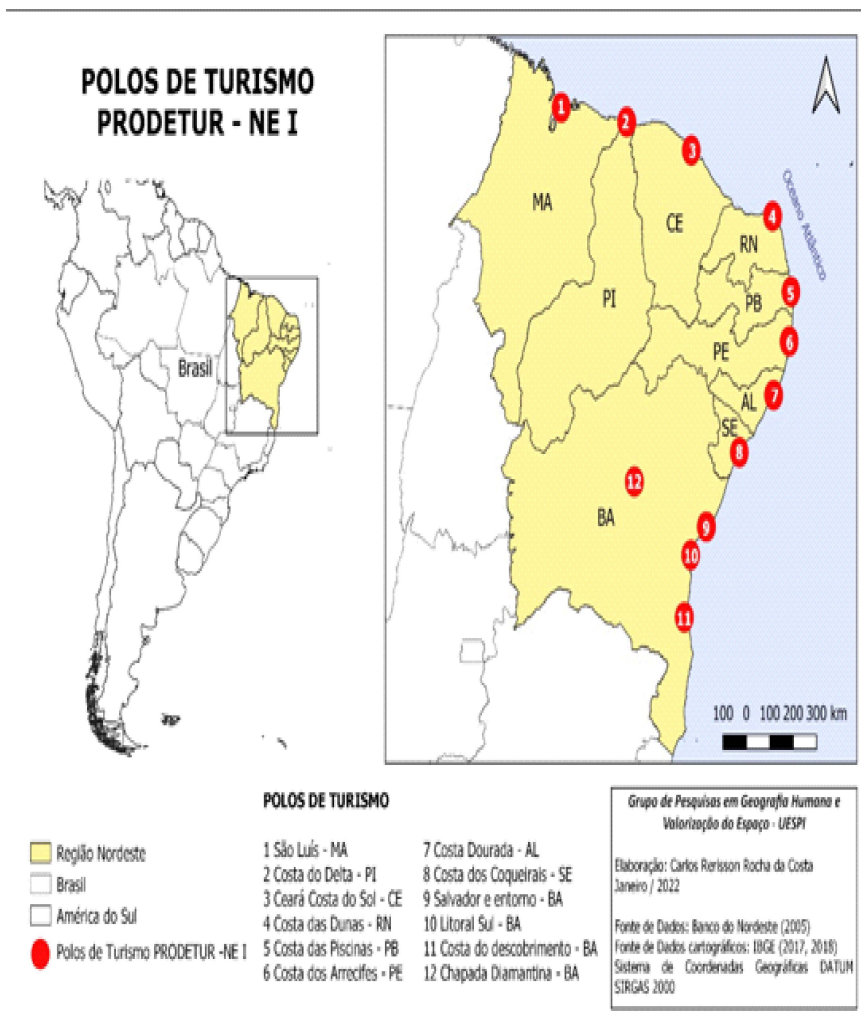
As dinâmicas de expansão do uso turístico do território no litoral setentrional brasileiro² se intensificam em período posterior aos processos experimentados no restante do litoral da região Nordeste, embora as ações estatais de indução ao desenvolvimento do turismo no norte do país remontam ainda à segunda metade do século XX. Tal expansão também se apoia nos mecanismos de indução estatal (infraestruturas, incentivos fiscais, linhas de financiamento a empreendimentos, novas normas de uso do território, etc.) e tem como principais motivações os resultados econômicos experimentados nos demais pontos do território onde o turismo litorâneo se consolidou a partir, sobretudo, da década de 1980.

O Estado passa a atuar de modo cada vez mais sistematizado provendo incentivos financeiros, pesquisas e a realização de *marketing* dos destinos produzidos (Hall, 2001). Nesse sentido, reduz custos de capital e de operação (com subvenções e empréstimos a taxas de juros atraentes, dotação de infraestrutura, isenção de impostos, subsídios para a formação de pessoal, etc.) (Cruz, 2002), além de normatizar o uso do território, destinando ou limitando possibilidades de exploração para determinadas áreas.

Essa expansão do uso turístico do litoral brasileiro não se dá apenas como espraiamento dos fluxos destinados aos demais estados

² Adota-se aqui como Litoral setentrional brasileiro o espaço delimitado com base na classificação elaborada por Moraes (2007, p. 46), abarcando os estados do Piauí, Maranhão, Pará e Amapá.

Figura 3
Polos de Turismo do Prodetur-NE I



Fonte: Banco do Nordeste (2005).

litorâneos da região Nordeste. Há processos que particularizam tal dinâmica, vinculados, em grande medida, a certa «motivação amazônica», quer seja pelos «apelos ambientais», quer pelos instrumentos de planejamento específicos destinados à esta região desde o século passado. Tal dinâmica adquire assim uma expressão

da litoralização apontada por Madrugá (1992)³ enquanto parte da modernização do território.

(Para conduzir o processo de modernização da Amazônia e a abertura do território à expansão do capital monopolista para o Brasil que se efetiva pós-década de 1960 o Estado sistematiza diversas formas de intervenção. Nesse processo o turismo começa a ser considerado como atividade de grande potencial para contribuir economicamente com a região. A partir da década de 1970, o Estado passa então a elaborar uma expressiva quantidade de documentos com vistas à formatação de uma política de turismo que induzisse a expansão desta atividade à Amazônia, projetando-a como destino turístico. São exemplos dessas iniciativas estatais o I Plano de Turismo da Amazônia – I PTA, de 1978, e o II Plano de Turismo da Amazônia – II PTA, de 1991 (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia [SUDAM], 1978, 1991).

Conforme Todesco (2013), no I PTA se priorizou maciçamente investimentos em equipamentos turísticos, meios de hospedagem e infraestrutura urbana de modo geral. A partir disso o turismo torna-se uma das estratégias para a aceleração do crescimento da economia da Amazônia, sendo proposta como atividade também capaz de promover a urbanização e a ocupação territorial na região. Já no II PTA as questões ambientais passam a ter maior expressão, quer como preocupação, quer como subsídio para a formatação de um segmento turístico de interesse dos agentes econômicos vinculados ao turismo na região, impulsionando um novo nicho de mercado em gestação a partir dos movimentos ecológicos pós-década de 1970, quando o debate da «sustentabilidade» ganha repercussão internacional.

Já no ano 2000 é proposto o Proecotur - Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, apresentado como instrumento de promoção do desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia, abarcando principalmente Unidades de Conservação, compreendidas «como zonas prioritárias para investimentos nas quais o poder público implantaria projetos de infraestrutura e normas visando à atração de empreendimentos privados do segmento de ecoturismo», situadas em 15 Polos de Ecoturismo que reúnem 153 municípios (Todesco, 2013, pp. 76-77).

³ A litoralização, segundo Madrugá (1992, pp. 14-15), é a «corrida para o mar, ampliando em dimensões o território desta zona, com as ocupações provocadas pela urbanização, pela industrialização e pelo turismo».

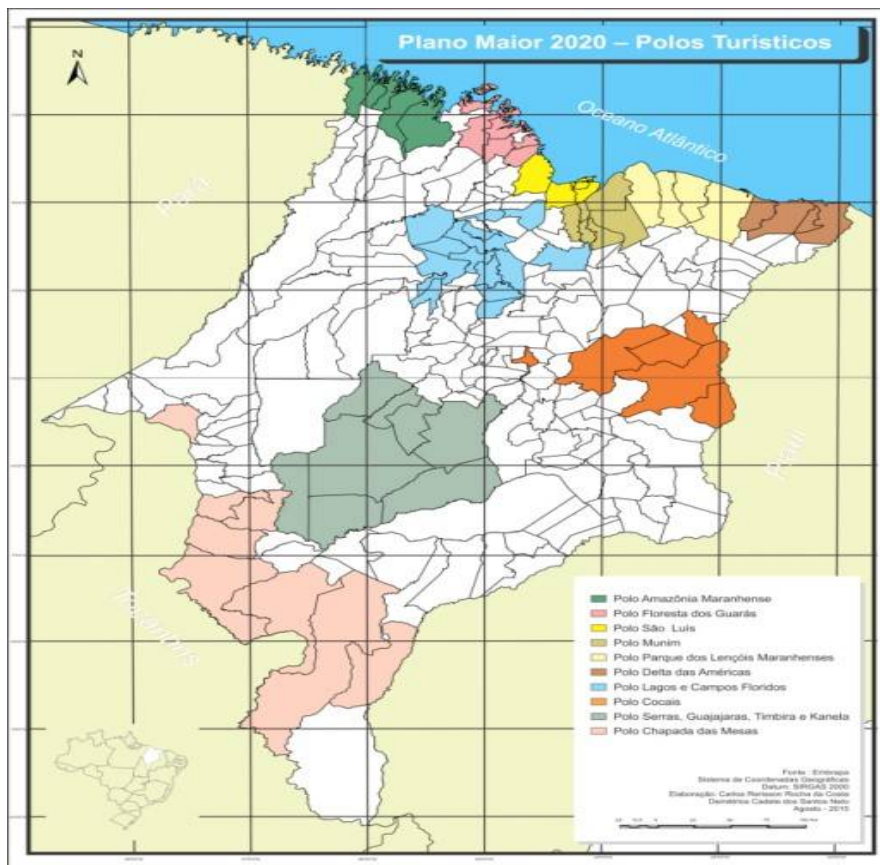
No âmbito da área de atuação do Proecotur são contemplados sete municípios litorâneos do estado do Maranhão (Apicum-Açu, Bacuri, Cedral, Cururupu, Guimarães, Porto Rico do Maranhão, Serrano do Maranhão), reunidos em um Polo de Ecoturismo, o Polo Floresta dos Guarás. Neste polo duas Unidades de Conservação são destacadas como possibilidade de exploração turística (a Área de Proteção Ambiental Reentrâncias Maranhenses e o Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luís), tendo induzidas suas possibilidades de uso a partir de instrumentos de planejamento e *marketing* federais, estaduais e municipais (Costa, 2016).

No Maranhão, embora as «motivações ecológicas» apareçam como importantes, o litoral adquire destaque enquanto possibilidade para o desenvolvimento de um turismo de sol e praia, concentrando parte preponderante dos destinos mais consolidados. Essa priorização do litoral aparece nas duas edições do Plano Maior. Em sua primeira edição, elaborada ainda na década de 1990, mas rerepresentada no ano 2000, a distribuição de seus cinco polos ressalta o caráter litorâneo adotado para a indução do turismo no estado, quando apenas um dos cinco polos propostos não está situado no litoral (Figura 4).

No sentido de seguir com o movimento de expansão da atividade turística no estado, a Setur-MA elabora um novo plano de turismo no ano de 2010, intitulado Plano Maior 2020 – Plano de Desenvolvimento Estratégico de Turismo do Estado do Maranhão, com a pretensão de planejar o desenvolvimento do turismo no estado por uma década (Maranhão, 2012). O governo do estado propõe a produção de uma imagem para o Maranhão marcada por uma condição de singularidade, impulsionadora da atração turística, baseada em seu quadro natural com elementos de transição entre o Nordeste e a Amazônia, seu acervo arquitetônico colonial português, manifestações culturais, etc. sendo tais características exploradas na elaboração dos polos turísticos propostos.

Dos dez polos estabelecidos no Plano Maior 2020 (reunindo 68 municípios) seis encontram-se no litoral (Polo Delta das Américas, Polo Parque dos Lençóis, Polo Munim, Polo São Luís, Polo Floresta dos Guarás e Polo Amazônia Maranhense (ver Figura 2). Aí os municípios litorâneos são postos como possíveis áreas de desenvolvimento do turismo de sol e praia, dentre os quais se destacam Barreirinhas, ligado à exploração turística do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, e São Luís, capital do estado, que explora seu conjunto arquitetônico de estilo colonial português como atrativo.

Figura 4
Mapas dos Polos Turísticos do estado do Maranhão (Plano
Maior e Plano Maior 2020)



Fonte: Costa (2016).

Tal distribuição hierárquica dos polos em categorias indica vetores de expansão da atividade que, embora não lineares, posicionam os municípios do Litoral Ocidental como espaços de expansão (Floresta dos Guarás como polo estratégico, em condição intermediária entre os polos indutores e os polos de desenvolvimento, classe em que se situa o polo Amazônia Maranhense), fundos territoriais para o turismo em vias de incorporação. Os polos indutores são aqueles que apresentam «capacidade de obter a máxima rentabilidade a partir da melhor otimização da oferta atual e dos produtos existentes» em curto e médio prazos. Por sua vez, os polos estratégicos são considerados

importantes para «a diversificação da oferta em médio prazo», tanto por seus potenciais quanto por questões de acessibilidade, enquanto os polos de desenvolvimento são apontados como áreas para investimentos a longo prazo, requerendo indução de investimentos e divulgação, porém «em cenários orçamentários limitados» (Maranhão, 2012, p.184).

Nos polos com municípios litorâneos são destacados seu potencial para o ecoturismo, sem abrir mão do turismo de sol e praia. Os polos São Luís e Barreirinhas aparecem como aqueles que reúnem os principais atrativos e as melhores infraestruturas para a atividade no litoral do estado, sendo considerados indutores do desenvolvimento turístico no Maranhão. Os polos Delta das Américas e Floresta dos Guarás são apontados como polos estratégicos por suas potencialidades para o ecoturismo. O primeiro, articulado à Rota das Emoções, o segundo incluído como polo do Proecotur no Maranhão, sendo destacadas suas características amazônicas. O polo Amazônia Maranhense aparece como um espaço a ser desenvolvido enquanto atrativo para a atividade com base na reafirmação de certa «amazonidade maranhense», da experiência na «Amazônia nordestina» (Maranhão, 2012).

É nesse contexto que se experimenta nas últimas décadas a expansão do turismo litorâneo, num movimento que espraia o uso turístico do território em direção ao litoral norte do Brasil que passa a ser explorado a partir da indução de um processo de transformação de suas particularidades (grande presença de ilhas, mangues, suas «características amazônicas», a concentração de unidades de conservação, etc.) em produtos turísticos, em mercadorias.

No movimento de expansão do uso turístico do território em direção ao litoral setentrional a materialidade dos empreendimentos hoteleiros já se manifesta, possibilitando identificar uma fronteira. Sua presença está associada diretamente à ação do poder público na condução das políticas de turismo. Não sem explicação, portanto, o fato de, no Pará, os polos Amazônia Atlântica e Marajó concentrarem 173 dos 448 meios de hospedagem do estado, estando em Salinópolis, desde 1997, o Amazônia Atlântico Resort (Araújo, 2011).

No Maranhão, com base nos dados que constam no Plano Maior 2020 (Maranhão, 2012, p. 18) essa concentração de meios de hospedagem também se dá no litoral (64.2%), com presença predominante nos municípios de São Luís e Barreirinhas, juntos, concentrando 73,7% dos meios de hospedagem do litoral do estado. Em São Luís estão presentes as redes hoteleiras Solare (de origem brasileira), Choice (estadunidense), Best Western (estadunidense),

Accor (Francesa) e IHG (inglesa). Em Barreirinhas a presença de grupos hoteleiros, mesmo de origem nacional, está ligada a concentração dos *resorts*: três dos quatro *resorts* existentes no litoral maranhense estão situados neste município.

A rarefeita presença desses empreendimentos no litoral ocidental, associada à condição atribuída a este espaço como estrategicamente importante para a diversificação da oferta turística em médio e longo prazo, que carece de altos investimentos para atingir níveis de rentabilidade satisfatórios (Araujo, 2011, p. 184) aponta esta parte do litoral como espaço de forte tendência à indução por parte do Estado ao uso turístico do território, sobretudo a partir da exploração do ecoturismo e de suas características amazônicas.

Nesse movimento de expansão o litoral maranhense é posto à venda como produto turístico, espaço a ser «descoberto» pelos agentes envolvidos no desenvolvimento da atividade turística e por seus consumidores, os turistas. As políticas de turismo e a publicidade estatal para este uso do território aparecem assim como meios para a revelação do «desconhecido», arquitetura de uma «reconquista» deste litoral «único».

Os propósitos de indução se fazem sentir no avanço do uso turístico do território, sob velocidades e intensidades variadas. Mesmo que em alguns lugares tal expansão se dê lentamente, as alterações quanto ao uso do território tornam-se parte dos espaços que passam a experimentar novas lógicas de valorização, incluindo aí todos os elementos de cunho especulativo que acompanham a inserção dos lugares nesse banquete de produtos turísticos difundidos pelo Estado em seus mecanismos de indução e promoção. As possibilidades de acumulação que se abrem a partir disso vão desde o aquecimento do mercado de terras até a instalação de serviços turísticos como os de hospedagem, agenciamento e restauração, passando por todo um conjunto de operações financeiras, investimentos em infraestruturas, dinâmicas de urbanização e demais formas de expansão por sobre os espaços periféricos das dinâmicas hegemônicas de acumulação.

Este processo se complementa com o planejamento elaborado pelos governos estaduais e municipais, que se articulam às normas das outras esferas de poder e aos instrumentos de planejamento elaborados para escalas mais ampliadas de execução.

A expansão do uso turístico do litoral do Maranhão se dá em um processo de apropriação de espaços até então não vinculados a esta atividade, incorporados como fundos territoriais para o turismo. Os municípios litorâneos passam a elaborar instrumentos normativos que possibilitem o desenvolvimento da atividade, seguindo as

possibilidades de captação de recursos e incentivos apontados pelos governos estadual e federal. O governo do estado propõe «um caminho a ser seguido com o objetivo de conquistar os mercados mundiais e atrair visitantes», visando colocar o Maranhão «entre os grandes destinos mundiais» (Maranhão, 2011, p. 3). Há, entretanto, profundas dificuldades para isso. As dificuldades de acesso, as precárias infraestruturas e a situação de pobreza da maior parte dos lugares postos «à descoberta» dificultam a priorização de investimentos em turismo e destoam daquilo que é destacado nos planos e folders de divulgação turística.

3. Maranhão: A fronteira de expansão do turismo Litorâneo na periferia do Brasil

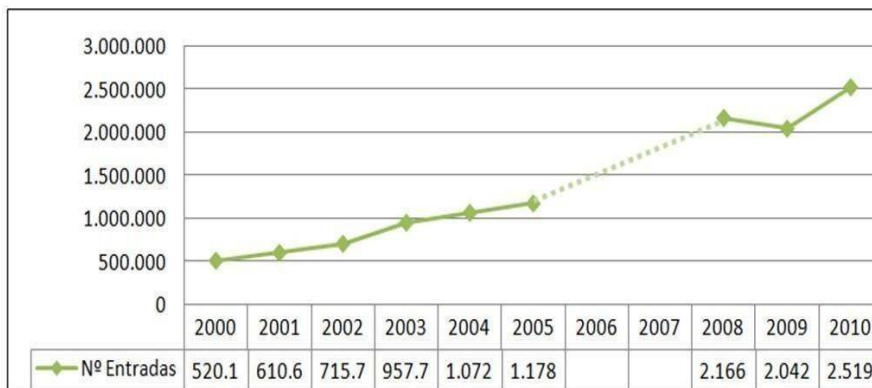
Embora ainda ocupe posição tímida no *ranking* dos destinos turísticos do país, a expansão da atividade turística no Maranhão se evidencia não só empiricamente, mas também a partir de dados que indicam o que é possível constatar *in loco*. O crescimento de 63% no número de agências de turismo e de 181% na quantidade de meios de hospedagem no período de 2008 a 2013 figura como bom indicativo de tal processo, estando a distribuição de tais elementos concentrada majoritariamente no litoral do estado (Maranhão, 2012, pp. 20-22)

Embora o crescimento do número de embarques e desembarques em voos domésticos tenha crescido no país ao longo desse período por uma série de outros motivos, o acréscimo de 126,5% e 123%, respectivamente, nos números de desembarques e embarques deste tipo no período de 2008 a 2012 também pode ser utilizado como um indicador do aumento da procura do estado do Maranhão como destino turístico.

Os dados disponíveis apontam um relevante crescimento na entrada de turistas no Maranhão de 2000 a 2010: de 520.128 para 2.519.000 turistas, mesmo apresentando período de queda associado ao contexto de crise econômica internacional nos anos de 2008-2009 (Gráfico 1). Nesse processo o turismo responde por cerca de 5% do PIB do estado, gerando receita aproximada de R\$ 2 bilhões ao ano (Maranhão, 2012; 2014a).

A partir da intenção de expandir o uso turístico do território do Maranhão para além do eixo São Luís/Alcântara, o governo estadual propõe polos compostos por municípios litorâneos em pontos distintos da costa. Esses espaços passam a ser considerados como áreas de expansão para a atividade turística, embora tratados de modo hierarquicamente desigual, sendo priorizado o polo que contempla a exploração do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, no Litoral

Gráfico 1
Entrada de turistas no Maranhão, 2000-2010⁴



Fonte: Costa (2016).

Oriental.

Nesse sentido, temos ao longo do litoral do Maranhão três tipos de polos que caracterizam momentos distintos da exploração turística induzida pelos instrumentos de planejamento estatal: os polos indutores, onde se situam os municípios nos quais o turismo está presente de modo mais intenso, com maiores fluxos e maior importância na economia local, reunindo as melhores infraestruturas e apresentando práticas de planejamento mais sistematizadas; os polos estratégicos, cujos municípios figuram para o governo do estado como espaços capazes de ampliar o tempo médio de permanência do turista no Maranhão, por sua relativa proximidade em relação aos polos indutores e por já reunirem certa infraestrutura, embora requeiram maiores investimentos; e por último os polos de desenvolvimento, áreas consideradas importantes para a expansão da atividade, mas que demandam maiores investimentos em infraestrutura pelas deficiências existentes nos municípios que os compõem.

Diante desse quadro destacamos os municípios de Barreirinhas, no polo Parque dos Lençóis Maranhenses (Indutor), Guimarães, no polo Floresta dos Guarás (Estratégico), e Carutapera, no polo

⁴ Os dados disponíveis apresentam descontinuidade temporal, com ausência de indicadores relativos à entrada de turistas no estado para os anos de 2006 e 2007. Em relação aos dados estatísticos referentes ao turismo no Maranhão, cabe destacar sua insuficiência e inconsistência.

Amazônia Maranhense (de Desenvolvimento) como representativos desse processo de indução da expansão do turismo no litoral do Maranhão.

3.1 *Barreirinhas e o turismo nos Lençóis Maranhenses*

Os fluxos turísticos que já se acentuavam lentamente desde a última metade da década de 1990 se intensificam ainda mais quando em 2002 é concluída a obra da rodovia estadual MA-405, ligando a BR-135, a partir do município de Rosário, a cidade de Barreirinhas, reduzindo aproximadamente em cinco horas o tempo de deslocamento da capital aos Lençóis Maranhenses.

A partir daí, Barreirinhas passa a sediar um número crescente de agências de turismo e meios de hospedagem com vistas a exploração dos Lençóis Maranhenses. Os fluxos de turistas e as transformações na materialidade da cidade e dos povoados se dão em uma velocidade inesperada e os impactos sobre o município, que passa dos 39.669 habitantes em 2000 para 63.891 em 2021 se avolumam.

Segundo Silva (2004, p. 52), até o ano 2000 havia no município de Barreirinhas dez pousadas, chegando ao ano de 2004 com 47 pousadas, cinco hotéis e um albergue, registrando-se aí um aumento de mais de 400% no número de meios de hospedagem. Atualmente esse número é alcançado contabilizando-se apenas aqueles meios de hospedagem formalmente registrados, excetuando um vasto número existente em situação de informalidade. O número de agências também experimentou expressivo aumento na última década, passando de catorze agências nos anos de 2007-2008 para quarenta formalmente registradas em 2014.

Nos últimos anos, a progressiva consolidação do roteiro integrado Rota das Emoções alimenta Barreirinhas com novos fluxos, oriundos do Ceará e do Piauí, sendo uma das principais estratégias de manutenção do crescimento da importância do destino turístico. No sentido de normatizar as possibilidades de expansão do turismo no município, o poder público municipal elabora uma série de aparatos normativos e de planejamento, como o Plano Diretor e sua Política Municipal de Turismo, disposta na Lei municipal nº. 564, de janeiro de 2007.

Os instrumentos normativos e a infraestrutura que se materializa a partir dessa expansão do turismo no município de Barreirinhas são apenas parte do processo. Há, contudo, transformações sociais que dão vida a estes objetos e corpo àquilo que é instruído do ponto de vista legal. As alterações nas relações de trabalho, por exemplo, merecem destaque. Parte considerável dos trabalhadores envolvidos

com o turismo em Barreirinhas, quer sejam empregados, quer sejam trabalhadores autônomos, migraram do trabalho com a agricultura e, principalmente, com a pesca, abandonando atividades em que se reproduziam socialmente de modo autônomo e passando, em muitos casos, a viver a partir do assalariamento.

Embora a atividade promova a geração de emprego (sendo este o argumento justificador quase sempre para os investimentos realizados pelo poder público em sua promoção – a geração de emprego e renda), o volume de atividades na baixa estação reduz-se consideravelmente, restando oportunidades temporárias durante os meses de alta estação. Essa flutuação referente à oferta de trabalho alimenta, em muitos casos, a informalidade quanto ao trabalho, já que os trabalhos se caracterizam em sua maioria por um caráter temporário.

A elevação do preço dos imóveis também se mostra como consequência da intensificação do turismo enquanto atividade econômica predominante no município. Na sede do município o aquecimento do mercado imobiliário se materializa no surgimento de loteamentos e condomínios, mas também na proliferação da compra de casas destinadas ao aluguel por temporada, servindo de meio de hospedagem. A elevação do valor da terra urbana no município tem desencadeado conflitos referentes à posse da terra, com casos de ocupações e processos judiciais de desocupação e/ou negociações por parte do poder público municipal, dando traços da manifestação daquilo que Kowarick (1979) denominou de espoliação urbana.

Atins e Caburé representam o contato com o turismo litorâneo praticado nos Lençóis Maranhenses. Cabe ressaltar que em Barreirinhas o litoral aparece muitas vezes em posição secundária diante dos atrativos promovidos pelo governo estadual. O ambiente dos campos de dunas entremeados por lagoas tem sido oferecido em pacotes de turismo por agências no Maranhão e noutros estados brasileiros, aparecendo muito mais esta paisagem como o principal atrativo e produto a ser explorado. Mesmo assim, a praia continua a ser um dos atrativos de peso na promoção das agências de turismo, atraindo, além de turistas, processos de degradação dos ambientes, compra de terras e alterações nas relações sociais de comunidades de pescadores, como Atins.

Situada na margem esquerda da foz do Rio Preguiças, Atins é a maior comunidade litorânea do município de Barreirinhas. Predominantemente, as pousadas ali existentes pertencem a europeus, também responsáveis por um intenso movimento de compra e venda de terras na comunidade, processo de fácil

visualização a partir da grande quantidade de imóveis com placas de venda ao longo da comunidade, além das ofertas em páginas da internet. Esse aquecimento do mercado de terras local representa em grande medida a composição de reservas para futuros investimentos ou de cunho especulativo, mas mais que isso, engendra situações de dificuldade às famílias que vendem suas terras e se deparam com os altos preços dos imóveis na sede do município.

Barreirinhas apresenta, assim, relativa semelhança com outros destinos turísticos do litoral do Nordeste, embora possua suas particularidades. Muitos dos processos apresentados, presentes em depoimentos daqueles que vivem as alterações desencadeadas pela expansão do turismo para além dos indicadores estatísticos⁵, são comuns em comunidades de pescadores de outros estados da região. Os conflitos derivados de tal uso do território também se repetem.

Dessa maneira é estruturada a expansão do turismo no Litoral Oriental do Maranhão, marcada por profundas contradições. Como bem lembra Câmara (2013, p. 07), por trás do «oásis», da «natureza intocada», do lugar das «descobertas, aventuras e exotismo», reproduz-se «um jogo de silenciamentos da realidade local, em que pobreza e riqueza convivem paradoxalmente». Contradições dessa natureza caracterizam a expansão do turismo no litoral do Maranhão.

3.2 *Guimarães e o turismo no Litoral Ocidental do Maranhão*

Na tentativa de diversificação dos destinos turísticos no estado e de promover a expansão da atividade são criados no Litoral Ocidental os polos Floresta dos Guarás e Amazônia Maranhense, propondo-se a elaboração de produtos turísticos a partir das características amazônicas existentes nos municípios que compõem tais polos, criando roteiros e destacando atrativos vinculados a essa «condição amazônica» que particularizaria essa porção do litoral do Nordeste do Brasil.

É assim que o município de Guimarães passa a ser pensado como possibilidade para o uso turístico do território, fazendo parte do polo Floresta dos Guarás. O referido polo, conforme está proposto no Plano Maior 2020 é composto por oito municípios – Apicum-Açu, Bacuri, Cedral, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Porto Rico do Maranhão e Serrano do Maranhão, dos quais apenas Mirinzal não possui litoral. Em sua área estão situadas a APA das Reentrâncias

⁵ Em nossa pesquisa foram realizadas mais de meia centena de entrevistas entre 2013 e 2015 nos municípios de Barreirinhas, Guimarães e Carutapera.

Maranhenses, englobando treze municípios, incluindo Guimarães, a Reserva Extrativista (RESEX) do Quilombo do Frechal, no município de Mirinzal, a RESEX de Cururupu e o Parque Estadual Marinho do Parcel de Manoel Luís, ambos no município de Cururupu. Diante desse quadro, o ecoturismo é apontado como uma possibilidade de exploração da área, o que levou a Setur-MA a propor aí o seu polo de ecoturismo no âmbito do Proecotur, o próprio polo Floresta dos Guarás.

Dos municípios que compõem o polo Floresta dos Guarás, é Guimarães aquele que mais aponta suas praias como atrativo turístico e mesmo aquele que tem acesso «mais fácil» ao seu litoral, possuindo praias com acesso terrestre possível, sendo a praia de Araoca apontada como um dos pontos fortes do polo (Maranhão, 2014a).

Os fluxos turísticos para Guimarães, entretanto, ainda são muito pequenos, sendo o turismo uma atividade de pouca expressão no município⁶. Mesmo assim, a Prefeitura Municipal já atua no sentido de atender as orientações de uso do território derivadas dos instrumentos estaduais e federais de planejamento do turismo, buscando normatizar as possibilidades de expansão a partir da indução promovida, sobretudo no âmbito dos planos estaduais. Nesse sentido é que o poder público municipal elaborou, em 2010, seu inventário turístico (PMG, 2010) e iniciou a elaboração de um Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no município, os únicos instrumentos de planejamento que tivemos acesso.

Em Araoca, praia mais frequentada do município de Guimarães, localizada a dezoito quilômetros do centro, com acesso em estrada sem pavimentação de precária circulação, sobretudo no período chuvoso, o turismo figura somente enquanto possibilidade, mesmo assim já alimentando processos de compra de terras e instalação de segundas residências para veraneio. Poucos bares, com estrutura simples, fornecem escassos serviços. Não há ali pousadas ou hotéis. A única opção para hospedagem restringe-se ao Abrigo para Turistas, construído com recursos do governo federal e administrado pela Prefeitura Municipal. Mesmo assim, com todas as limitações, a procura pela praia como forma de lazer faz com que esta comece a figurar como possibilidade para investimentos de empresários locais, que já organizam formas de pressionar o poder público para a dotação de melhores condições para a mobilidade até o local.

⁶ Não há pesquisas sistematizadas sobre os fluxos de turistas para o município de Guimarães, assim como para todos os demais do polo Floresta dos Guarás. A carência em relação a esses dados, encontrada no âmbito da Setur-MA no que diz respeito ao estado como um todo ou aos polos de turismo, se repete nos municípios.

Apesar da indução a partir dos planos estaduais, os problemas de infraestrutura existentes, diagnosticados desde a primeira versão do Plano Maior, em muito limitam o desenvolvimento da atividade. Desde a inexistência de saneamento básico até os problemas referentes à acessibilidade dos atrativos apresentados, da pequena oferta de meios de hospedagem, mesmo simples, até a escassez de restaurantes, bares etc. inclusive na sede do município.

Para os habitantes do município o turismo aparece como algo distante da posição Estratégica sugerida pelo Plano Maior 2020. A atividade turística aparece assim para algumas pessoas como uma promessa, uma perspectiva para o futuro, um futuro que parece não chegar.

3.3 *Carutapera e o turismo na «Amazônia Maranhense»*

No polo Amazônia Maranhense, o município de Carutapera busca estruturar-se para possibilitar sua exploração turística. Este polo, formado pelos municípios de Carutapera, Cândido Mendes, Godofredo Viana, Luís Domingues e Turiaçu, foi proposto no Plano Maior 2020 a partir dos mesmos apelos do polo Floresta dos Guarás - uma «amazonidade» capaz de impulsionar o ecoturismo. O Plano Estratégico Polo Amazônia Maranhense apresenta o polo como sendo o lugar «onde a riqueza das tradições maranhenses encontra a exuberância amazônica» (Maranhão, 2014b) São apontados como seus pontos fortes a «natureza intocada» e suas praias ainda pouco utilizadas.

Com o objetivo de dotar o município dos instrumentos de planejamento turístico que se articulem com as políticas estaduais e federais, a Prefeitura Municipal de Carutapera elaborou inventário da oferta turística, criou Conselho e Fundo Municipal de Turismo, além do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Carutapera. O referido plano ressalta em sua apresentação a expansão do turismo para áreas periféricas como uma tendência, apontando o crescimento do turismo no interior do Brasil como um indicador de tal processo e da necessidade de diversificar a oferta de destinos turísticos e «conquistar novos mercados» (PMC, 2011, p. 4).

Assim como em quase todos os municípios do litoral do Maranhão, em Carutapera inexistem dados estatísticos sobre os fluxos turísticos, mas é possível observar que existem fluxos mais intensos que nos demais municípios do Litoral Ocidental - possível de constatar na visitação aos pontos turísticos e aos meios de hospedagem, por exemplo. O poder público municipal considera que há uma demanda subutilizada, formada por um fluxo doméstico regionalizado que pode

ser responsável por desenvolver o turismo no município, exigindo maior intervenção pública e participação de investimentos privados.

A oferta turística é destacadamente encabeçada pelas praias, sendo apontadas como os principais atrativos, destacando-se a ilha de São Pedro, onde se situam a maior parte das praias do município.

O poder público municipal aponta em seu Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Carutapera a necessidade de investimentos em infraestrutura e capacitação de mão de obra para atuar diretamente na atividade turística. Nesse plano destaca-se ainda a necessidade de normatização da atividade, passando invariavelmente pela atuação do Estado na regulação e indução da parceria entre as iniciativas privada e públicas, evitando iniciativas isoladas e espontâneas (PMC, 2011, p. 4).

A praia de São Pedro, apresentada como o principal atrativo do município, caracteriza-se como uma comunidade de pescadores. O acesso à sede do município depende de transporte fluvial, levando em média uma hora de viagem, sendo a acessibilidade a principal limitação apontada por seus moradores para o desenvolvimento do turismo.

Assim como em Guimarães, embora ainda em estágio muito embrionário, o turismo em Carutapera já altera a valorização do espaço, mesmo que com nítido caráter especulativo. Há na ilha de São Pedro casas construídas como segundas residências de habitantes da sede do município de Carutapera, embora ainda não haja uma intensa dinâmica de pressão imobiliária, em parte derivada do isolamento da comunidade.

Mesmo assim, por mais que para a maior parte de seus tradicionais moradores (grande parte composta de pescadores) a terra não tenha em si o sentido da mercadoria, lentamente essa inserção de segundas residências altera a valorização do espaço.

Transformar a vida nesses/desses lugares em mercadoria apresenta-se como a tônica da expansão do turismo na periferia, processo pelo qual se acentuam conflitos e avolumam contradições. Nesse sentido, o litoral do Maranhão experimenta em ritmos desiguais a inserção de novas lógicas de valorização do espaço a partir das possibilidades de uso do litoral para o lazer, induzidas, sobretudo, pelos instrumentos estatais de planejamento que promovem, de maneira ainda incipiente, a exploração turística do território.

Conclusão

Como atividade eminentemente capitalista, o turismo precisa da manutenção das desigualdades, requerendo sempre a existência de

assimetrias de poder e de troca. Embora em primeira instância apoiem-se na diferença, ressaltando a condição de singularidade dos lugares, dos atrativos, das festas e dos *souvenirs*, requer essencialmente a desigualdade para estruturar-se enquanto atividade, uma vez que se ampara na destinação de recursos desiguais para manter vantagens competitivas, na concentração geográfica (e, portanto, distribuição desigual) de serviços e de uma materialidade que lhe é útil (como meios de hospedagem e estrutura de transporte, por exemplo), e nas assimetrias de poder entre diferentes grupos que conduzem a elaboração das normatizações e dos mecanismos públicos de incentivo à atividade.

A desigualdade é, portanto, o combustível da expansão do turismo para a periferia. A ausência de «quase tudo» no que diz respeito à materialidade requerida para o desenvolvimento do turismo, torna sua expansão nesses lugares uma ótima oportunidade de investimentos, aplicação de capital sobreacumulado e possibilidade de acumulação via espoliação. Os ritmos desse processo aparecem muitas vezes como extremamente lentos, mas as alterações por ele desencadeadas cumprem, atreladas à urbanização, seu papel na dinâmica geral da acumulação, representando um dos caminhos de modernização para esses lugares da periferia.

Os planos de turismo figuram, nesse contexto, como os instrumentos de indução do novo, ferramenta para descobrir os segredos do uso turístico do território, meios pelos quais se estruturam novas possibilidades de acumulação de capital e de atuação de grupos de empresários em busca de garantir ganhos com a manutenção/elevação de suas taxas de lucro, mesmo em tempos de crise.

Os processos analisados revelam que a desigualdade nas dinâmicas de expansão possui natureza política clara. A expansão do turismo experimentada no estado do Maranhão, sobretudo a partir das duas edições do Plano Maior, se dá com a conjugação de interesses políticos e econômicos das classes dominantes locais (que comandam o estado e os municípios), apoiadas pelo aparato estatal que possibilita a captação de recursos e a produção de instrumentos normativos utilizados como balizadores das ações de tais grupos, travestindo-se assim de uma neutralidade conseguida com base no argumento técnico do planejamento. Pulveriza-se, assim, recursos públicos a partir de políticas federais, estaduais e municipais, além de variados instrumentos de planejamento elaborados em consonância com as exigências dos canais de financiamento.

A partir do Plano Maior 2020 a totalidade do litoral do Maranhão passa a ser tratada como objeto para a exploração turística, diferente

do que constava em planos anteriores. A expansão do turismo para além da capital já é uma realidade, embora os fluxos para os demais pontos do litoral se deem de modo bastante desigual, concentrados em sua maior parte no polo Parque dos Lençóis Maranhenses, especificamente no município de Barreirinhas. Os demais municípios do litoral, incluindo Guimarães e Carutapera, experimentam lentamente a expansão do turismo, com poucos fluxos e um vasto conjunto de problemas em relação à estruturação da oferta turística. Mesmo assim, estes municípios experimentam gradativamente dinâmicas associadas a essa transformação do litoral do estado em destino para o lazer. Assim, se aquece o mercado de terras, se intensifica a especulação imobiliária, se expandem as segundas residências, se alteram relações de trabalho, se ampliam os endividamentos na busca de estruturação de um pequeno empresariado local, se avolumam contradições e se alimentam os conflitos, em suas múltiplas possibilidades.

O litoral do Maranhão aparece então como espaço periférico cuja expansão da exploração turística se dá na incorporação de lugares que se configuram como fundos territoriais para o turismo, espaços que representam reservas de valor diante da necessidade de futuras expansões frente às dinâmicas da acumulação de capital. Cumpre papel estratégico neste sentido o Estado, ao normatizar o uso do território a partir de seus instrumentos de planejamento e, com isso, criar possibilidades de acesso a crédito, investimentos em infraestrutura, etc. Tal processo se manifesta nos lugares, sede de pequenos municípios apontados como lócus dessa expansão do turismo no litoral, comunidades de pescadores em que a vida anda longe dos pacotes das agências de viagem, mas que lentamente experimentam a transformação de seus lugares e seu cotidiano em mercadoria, uma mercadoria que em muitos casos encontra-se empoeirada em prateleiras coloridas nos rincões do litoral setentrional do Brasil.

Nesse movimento de expansão do uso turístico do território em direção ao litoral setentrional do Brasil, o Maranhão é colocado na situação de fronteira: a fronteira de expansão do turismo litorâneo na periferia do Brasil.

Referências

- Araújo, C. P. de. (2011). Terra à Vista! o litoral brasileiro na mira dos empreendimentos turísticos imobiliários [Tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil].
- Banco do Nordeste. (2005). *Programa de desenvolvimento do turismo no Nordeste, primeira fase – PRODETUR/NE I: relatório final de projeto*. BNB.
- Câmara, R. B. (2013). Nas trilhas do discurso: turismo e sustentabilidade no Parque dos Lençóis Maranhenses. *Littera Online*, 4(6), 1-14.
- Costa, C. R. R. da (2016). O litoral do Maranhão, entre segredos e descobertas: a fronteira de expansão do turismo litorâneo na periferia do Brasil [Tese de doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil].
- Cruz, R. C. A. da (2002). Políticas públicas de turismo no Brasil: significado, importância, interfaces com outras políticas setoriais. In M. J. de, Souza (Org.), *Políticas públicas e o lugar do turismo* (pp. 25-38). UNB/DG/MMA.
- Hall, C. M. (2001). *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. Contexto.
- Harvey, D. (2005). *A Produção capitalista do espaço*. Annablume.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2010). *Censo Demográfico 2010*. FIBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2021). *Estimativa populacional 2021*. FIBGE.
- Kowarick, L. (1979). *A espoliação urbana*. Paz e Terra.
- Madruga, A. M. (1992). Litoralização: da fantasia de liberdade à modernidade autofágica [Dissertação de mestrado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil].
- Maranhão. (2000). *Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão: plano maior*. GEPLAN.
- Maranhão. (2011). *Plano Estratégico de Turismo do Estado do Maranhão: Plano Maior 2020 Informe Executivo*. SETUR-MA.
- Maranhão. (2012). *Plano Estratégico de Turismo do Estado do Maranhão: plano maior 2020*. SETUR.

- Maranhão. (2014a). *Plano de Ações Estratégicas Polo Floresta dos Guarás*. SETUR-MA.
- Maranhão. (2014b). *Plano de Ações Estratégicas Polo Amazônia Maranhense*. SETUR-MA.
- Martins, J. S. (2012). *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano* (2ª ed.). Hucitec.
- Moraes, A. C. R. (2000). *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no «longo» século XVI*. Hucitec.
- Moraes, A. C. R. (2007). *Contribuição para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro*. Annablume.
- Prefeitura Municipal de Carutapera [PMC]. (2011). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Carutapera*. Carutapera.
- Prefeitura Municipal de Guimarães [PMG]. (2010). *Inventário da Oferta Turística de Guimarães-MA*. PMG.
- Rodrigues, A. A. B. (1999). Percalços do planejamento turístico: o Prodetu-NE. In A. A. B., Rodrigues (Org.), *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais* (pp. 147-162). Hucitec.
- Silva, D. L. B. da (2004). Turismo nos Lençóis Maranhenses: a identificação da modalidade turística praticada no município de Barreirinhas [Monografia de graduação em Turismo], Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil].
- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia [SUDAM] (1978). I Plano de Turismo da Amazônia (vol. 1). Belém.
- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia [SUDAM] (1991). II Plano de Turismo da Amazônia – 1992-1995. Belém.
- Todesco, C. (2013). Estado e produção terceirizada de políticas públicas de turismo para a Amazônia Legal: uma análise fundada nas dimensões da vida política [Tese de doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil].

